

Boletim do Trabalho e Emprego

43

1.^a SÉRIE

Edição: Serviço de Informação Científica e Técnica (SICT) — Ministério do Emprego e da Segurança Social

Preço 45\$00

BOL. TRAB. EMP.	1. ^a SÉRIE	LISBOA	VOL. 57	N.º 43	P. 3097-3114	22 · NOVEMBRO · 1990
-----------------	-----------------------	--------	---------	--------	--------------	----------------------

ÍNDICE

Regulamentação do trabalho:

Despachos/portarias:

	Pág.
— CELBI — Celulose Beira Industrial, S. A. — Autorização de redução da duração do trabalho semanal	3099
— D & C — Gestão, Investimentos e Serviços, L. ^{da} — Autorização de redução da duração do trabalho semanal ...	3099
— Hoechst Portuguesa, S. A. — Autorização de redução da duração do trabalho semanal	3100
— Miguel Muns Py & C. ^a , L. ^{da} — Autorização de redução da duração do trabalho semanal	3100
— PREVINIL — Empresa Preparadora de Compostos Vinílicos, S. A. — Autorização de redução da duração do trabalho semanal	3101
— Sterling Farmacêutica Portuguesa, L. ^{da} — Autorização de redução da duração do trabalho semanal	3102

Portarias de extensão:

— PE das alterações ao CCT entre a ANEPSA — Assoc. Nacional dos Estabelecimentos Privados de Saúde e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, entre a mesma associação patronal e a FEPGES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outros e entre a mesma associação patronal e o SITECS — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio	3102
— Aviso para PE das alterações aos CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e Seus Sucedâneos e a Feder. dos Sind. dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e outros, entre a mesma associação patronal e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros e entre a mesma associação patronal e a FEPGES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços	3103
— Aviso para PE das alterações ao CCT entre a AEEP — Assoc. de Representantes de Estabelecimentos do Ensino Particular e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro	3104

Convenções colectivas de trabalho:

— CCT entre a ANCIPA — Assoc. Nacional dos Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares (divisão de confeitaria/Delegação Regional Autónoma do Norte) e o SITECS — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio (dist. de Aveiro, Bragança, Porto, Vila Real e Viseu) — Alteração salarial e outras	3105
— CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e Seus Sucedâneos e o SINDETEX — Sind. Democrático dos Têxteis — Alteração salarial e outra	3106
— CCT entre a Assoc. Comercial do Dist. de Beja e o CES/SUL — Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul e outro — Alteração salarial e outras	3107
— CCT entre a AEEP — Assoc. de Representantes de Estabelecimentos do Ensino Particular e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro — Alteração salarial e outras	3109
— AE entre a Sociedade Nacional de Fósforos, S. A., e o Sind. da Ind. de Fósforos de Portugal e outro — Alteração salarial e outras	3112
— CCT entre a ANIF — Assoc. Nacional dos Industriais de Fotografia e a Feder. Portuguesa dos Sind. das Ind. de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa e outros (alteração salarial e outras) — Rectificação	3114

SIGLAS

CCT — Contrato colectivo de trabalho.
ACT — Acordo colectivo de trabalho.
PRT — Portaria de regulamentação de trabalho.
PE — Portaria de extensão.
CT — Comissão técnica.
DA — Decisão arbitral.
AE — Acordo de empresa.

ABREVIATURAS

Feder. — Federação.
Assoc. — Associação.
Sind. — Sindicato.
Ind. — Indústria.
Dist. — Distrito.

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

DESPACHOS/PORTARIAS

CELBI — Celulose Beira Industrial, S. A. — Autorização de redução da duração do trabalho semanal

Despacho

A empresa CELBI — Celulose Beira Industrial, S. A., com sede e instalações fabris em Leirosa, Figueira da Foz, cuja actividade é a de preparação de pasta de papel, requereu autorização para redução do horário de trabalho semanal de 42 horas e 30 minutos para 40 horas para os seus trabalhadores fabris e florestal afecto à produção e de 38 horas para 37 horas e 30 minutos para o seu pessoal administrativo.

A requerente encontra-se subordinada à disciplina do acordo de empresa publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 21, de 8 de Junho de 1990, a pp. 1776 e seguintes, cuja cláusula 14.ª prevê um período normal de trabalho não excedendo as 42 horas e 30 minutos semanais, o qual foi autorizado por despacho publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 43, de 22 de Novembro de 1988.

Fundamentando, aduz a sociedade requerente que a redução pretendida não acarreta prejuízos para a sua economia, não diminuindo a produção nem implicando dispensa de pessoal, sendo, portanto, compatível com o regular desenvolvimento da actividade que prossegue.

Assim, e considerando:

- 1) Que não será afectado o regular desenvolvimento da requerente nem do ramo de actividade em que se insere;
- 2) Não haver prejuízo para os trabalhadores, os quais deram o seu acordo, por escrito, através da respectiva comissão de trabalhadores;
- 3) Que os serviços competentes da Inspeção-Geral do Trabalho não viram qualquer inconveniente;

autorizo, ao abrigo do despacho de subdelegação de competências publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 256, de 7 de Novembro de 1989, e nos termos e para os efeitos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 505/74, de 1 de Outubro, a empresa CELBI — Celulose Beira Industrial, S. A., com sede e fábrica de pasta de papel em Leirosa, Figueira da Foz, a alterar os limites da duração do trabalho semanal vigentes de 42 horas e 30 minutos para 40 horas, relativamente aos seus trabalhadores fabris e florestal afecto à produção, e de 38 horas para 37 horas e 30 minutos, relativamente ao pessoal administrativo, distribuídas em ambos os casos de segunda-feira a sexta-feira.

Inspeção-Geral do Trabalho, 7 de Novembro de 1990. — O Inspector-Geral, *M. Costa Abrantes*.

D & C — Gestão, Investimentos e Serviços, L.ª — Autorização de redução da duração do trabalho semanal

Despacho

A sociedade D & C — Gestão, Investimentos e Serviços, L.ª, com sede social na Avenida de António Augusto de Aguiar, 22, rés-do-chão, esquerdo, em Lisboa, e com actividade de prestação de serviços a empresas, encontra-se subordinada à disciplina da portaria de regulamentação de trabalho para os trabalhadores administrativos, publicada no *Boletim do Trabalho*

e *Emprego*, 1.ª série, n.º 26, de 15 de Julho de 1979, e respectivas alterações.

A base XIV da citada portaria de regulamentação de trabalho prevê um período normal máximo de 42 horas para os trabalhadores administrativos, em cinco dias, distribuídas de segunda-feira a sexta-feira.

A empresa requereu a redução do período semanal de trabalho para 37 horas e 30 minutos, alegando motivos de gestão, nomeadamente a utilização de instru-

mentos de nova tecnologia, que, se por um lado possibilitam atingir mais rapidamente determinados objectivos do que os meios tradicionais, por outro constituem uma actividade desgastante.

Assim, e considerando:

- 1) Não ser afectado o regular desenvolvimento económico da requerente nem do ramo de actividade que prossegue;
- 2) Não haver qualquer prejuízo para os trabalhadores, os quais deram o seu acordo, por escrito;
- 3) Não terem visto inconveniente os serviços competentes da Inspeção-Geral do Trabalho;

autorizo, ao abrigo do despacho de subdelegação de competências publicado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º 256, de 7 de Novembro de 1989, e nos termos e para os efeitos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 505/74, de 1 de Outubro, a empresa D & C — Gestão, Investimentos e Serviços, L.^{da}, com sede em Lisboa, na Avenida de António Augusto de Aguiar, 22, rés-do-chão, esquerdo, a alterar os limites da duração de trabalho vigentes para os seus empregados administrativos para 37 horas e 30 minutos, de segunda-feira a sexta-feira, mantendo-se o descanso semanal ao domingo e o descanso complementar ao sábado.

Inspeção-Geral do Trabalho, 31 de Outubro de 1990. — O Inspector-Geral, *M. Costa Abrantes*.

Hoechst Portuguesa, S. A. — Autorização de redução da duração do trabalho semanal

Despacho

A sociedade Hoechst Portuguesa, S. A., com sede na Estrada de Sintra, quilómetro 15, Mem Martins, e com actividade industrial e comercial de produtos químicos e farmacêuticos, encontra-se genericamente subordinada, quanto às relações laborais, à disciplina do CCTV/PRT para as indústrias químicas, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 28, de 29 de Julho de 1977, e requereu a redução do período semanal de trabalho do seu pessoal fabril de 44 horas para 42 horas e 30 minutos, distribuídas de segunda-feira a sexta-feira.

A requerente fundamenta o pedido em razões técnicas e económicas, procurando, por outro lado, satisfazer o desejo manifestado pelos seus trabalhadores, não havendo qualquer prejuízo para a sua economia.

Assim, e considerando:

- 1) Não ser afectado o regular desenvolvimento económico da requerente nem do ramo de actividade que prossegue;

- 2) Não haver qualquer prejuízo para os trabalhadores, os quais deram o seu acordo, por escrito, através da respectiva comissão de trabalhadores;

- 3) Não terem visto inconveniente os serviços competentes da Inspeção-Geral do Trabalho;

autorizo, ao abrigo do despacho de subdelegação de competências publicado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º 256, de 7 de Novembro de 1989, e nos termos e para os efeitos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 505/74, de 1 de Outubro, a sociedade Hoechst Portuguesa, S. A., com sede na Estrada de Sintra, quilómetro 15, Mem Martins, a alterar os limites da duração semanal de trabalho vigentes relativamente ao seu pessoal fabril, de 44 horas para 42 horas e 30 minutos, distribuídas de segunda-feira a sexta-feira.

Inspeção-Geral do Trabalho, 31 de Outubro de 1990. — O Inspector-Geral, *M. Costa Abrantes*.

Miguel Muns Py & C.^a, L.^{da} — Autorização de redução da duração do trabalho semanal

Despacho

A empresa Miguel Muns Py & C.^a, L.^{da}, com sede na Rua de Sidónio Pais, 120-146, freguesia de Oliveira do Douro, do concelho de Vila Nova de Gaia, com ac-

tividade de indústria têxtil, subsector de passamanarias, requereu autorização para reduzir a duração do período normal de trabalho para 37 horas e 30 minutos semanais relativamente à secção de tecelagem e acabamentos de fitas de franzir.

A requerente fundamenta o pedido em razões técnicas e económicas, nomeadamente a aquisição de maquinaria totalmente nova e sofisticada, fazendo assim face a uma maior concorrência no sector industrial em que se insere, não havendo prejuízo para a sua economia. Nestes termos, e considerando:

- 1) Que não será afectado o regular desenvolvimento económico nem o ramo da actividade em que se insere;
- 2) Não haver prejuízo para os trabalhadores, os quais deram o seu acordo;
- 3) Que os serviços competentes da Inspeção-Geral do Trabalho não viram qualquer inconveniente;

autorizo, ao abrigo do despacho de subdelegação de competências publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 256, de 7 de Novembro de 1989, e nos termos e para os efeitos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 505/74, de 1 de Outubro, a sociedade Miguel Muns Py & C.ª, L.ª, com sede na Rua de Sidónio Pais, 120-146, Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia, a alterar os limites da duração do trabalho vigentes relativamente à sua secção de tecelagem e acabamentos de fitas de franzir para 37 horas e 30 minutos semanais.

Inspeção-Geral do Trabalho, 31 de Outubro de 1990. — O Inspector-Geral, *M. Costa Abrantes*.

PREVINIL — Empresa Preparadora de Compostos Vinílicos, S. A. — Autorização de redução da duração do trabalho semanal

Despacho

A sociedade PREVINIL — Empresa Preparadora de Compostos Vinílicos, S. A., com sede em Sobralinho, Alverca do Ribatejo, do concelho de Vila Franca de Xira, com actividade de mistura e comercialização de compostos vinílicos destinados à indústria de transformação de matérias plásticas, encontra-se subordinada em matéria de duração de trabalho ao estabelecido nos CCTV/PRT para as indústrias químicas, publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 28, de 29 de Julho de 1987.

A sociedade vem requerer a redução do período semanal de trabalho do seu pessoal fabril para 42 horas e 30 minutos, enquanto as disposições vigentes dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho aplicáveis estabelecem uma duração de trabalho semanal de 45 horas, pelo que o período formulado representa uma alteração ao regime da duração horária semanal.

Fundamenta o requerido no melhor aproveitamento da maquinaria existente, não havendo qualquer prejuízo para a sua economia.

Nestes termos, e considerando:

- 1) Que não será afectado o desenvolvimento económico da requerente nem o ramo de actividade que prossegue;
- 2) Não haver qualquer prejuízo para os trabalhadores, os quais deram o seu acordo, por escrito;
- 3) Não terem visto inconveniente os serviços competentes da Inspeção-Geral do Trabalho;

autorizo, ao abrigo do despacho de subdelegação de competências publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 256, de 7 de Novembro de 1989, e nos termos e para os efeitos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 505/74, de 1 de Outubro, a sociedade PREVINIL — Empresa Preparadora de Compostos Vinílicos, S. A., com sede no Sobralinho, Alverca, concelho de Vila Franca de Xira, a alterar os limites da duração semanal de trabalho vigentes relativamente ao seu pessoal fabril de 45 horas para 42 horas e 30 minutos, distribuídos de segunda-feira a sexta-feira.

Inspeção-Geral do Trabalho, 31 de Outubro de 1990. — O Inspector-Geral, *M. Costa Abrantes*.

Despacho

A sociedade Sterling Farmacêutica Portuguesa, L.^{da}, com sede em Carrascal de Manique, Alcabideche, do concelho de Cascais, encontra-se subordinada à disciplina laboral do CCT celebrado entre a APIFARMA — Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica e outras e SINDEQ — Sindicato Democrático da Química e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.º série, n.º 21, de 8 de Junho de 1981, e do CCTV/PRT para a indústria e comércio farmacêuticos, publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 19, de 22 de Maio de 1978.

As referidas convenções estabelecem uma duração do período normal de trabalho semanal não superior a 42 horas e 30 minutos, com descanso complementar e semanal ao sábado e domingo, respectivamente.

Com fundamento em que se trata de uma redução que corresponde às expectativas dos seus trabalhadores e que o regime horário pretendido já vem sendo praticado por empresas congéneres, a sociedade vem requerer o estabelecimento de um horário de duração do período normal de trabalho semanal de 40 horas para os sectores de fabrico e armazém.

Para tanto, apresenta a declaração de concordância, por escrito, da comissão de trabalhadores, aduzindo, outrossim, que tal redução não traz quaisquer prejuízos quer para a requerente quer para os trabalhadores. Assim, e considerando:

- 1) Que não será afectado o desenvolvimento económico da requerente nem o ramo de actividade que prossegue;
- 2) Que o sistema horário requerido é o praticado por empresas congéneres;
- 3) Que os serviços competentes da Inspeção-Geral do Trabalho não viram qualquer inconveniente;

autorizo, ao abrigo do despacho de subdelegação de competências publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 256, de 7 de Novembro de 1989, e nos termos e para os efeitos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 505/74, de 1 de Outubro, a Sterling Farmacêutica Portuguesa, L.^{da}, com sede em Carrascal de Manique, Alcabideche, Cascais, a alterar os limites da duração semanal do trabalho vigentes de 42 horas e 30 minutos para 40 horas nos sectores de fabrico e armazém.

Inspeção-Geral do Trabalho, 31 de Outubro de 1990. — O Inspector-Geral, *M. Costa Abrantes*.

PORTARIAS DE EXTENSÃO

PE das alterações aos CCT entre a ANEPSA — Assoc. Nacional dos Estabelecimentos Privados de Saúde e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, entre a mesma associação patronal e a FEPCEs — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outros e entre a mesma associação patronal e o SITESC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio.

O CCT entre a ANEPSA — Associação Nacional de Estabelecimentos Privados de Saúde e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros — Alteração salarial e outras, foi publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 19, de 22 de Maio de 1990.

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 23, de 22 de Junho de 1990, veio inserto no CCT entre a ANEPSA — Associação Nacional dos Estabelecimentos Privados de Saúde e a FEPCEs — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outros — Alteração salarial e outras.

O CCT entre a ANEPSA — Associação Nacional dos Estabelecimentos Privados de Saúde e o SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio — Alteração salarial e outras acha-se inse-

rido no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 28, de 30 de Julho de 1990.

Considerando que ficam apenas abrangidas pelas convenções colectivas de trabalho aludidas as relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais e trabalhadores filiados nas associações de classe signatárias;

Considerando a existência de relações de trabalho não abrangidas pelas convenções e a necessidade de uniformizar, na medida do possível, as condições de trabalho no sector;

Tendo sido dado cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, mediante a publicação de aviso no *Boletim do Trabalho*

e *Emprego*, n.ºs 25 e 28, respectivamente, de 8 e 30 de Julho de 1990, e não havendo sido deduzida oposição:

Manda o Governo, pelo Ministro da Saúde e pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As disposições constantes dos CCT celebrados entre a ANEPSA — Associação Nacional dos Estabelecimentos Privados de Saúde e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro, entre a mesma associação patronal e a FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outros e entre a mesma associação patronal e o SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio, publicados, respectivamente, no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.ºs 19, de 22 de Maio de 1990, 23, de 22 de Junho de 1990, e 28, de 30 de Julho de 1990, são tornadas extensivas a todas as entidades patronais não inscritas na associação patronal signatária que no continente exerçam a actividade económica por aquela abrangida e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas filiados nas

associações sindicais signatárias, bem como a todas as entidades patronais inscritas ou não na associação patronal signatária que no continente exerçam a actividade económica por aquela abrangida e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas não filiados nas associações sindicais signatárias.

2 — Não são objecto da extensão determinada as cláusulas que violem disposições legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entre em vigor nos termos legais e produz efeitos, no tocante à tabela salarial, desde 1 de Julho de 1990.

2 — As diferenças salariais devidas por força do disposto no número anterior poderão ser satisfeitas em quatro prestações mensais e sucessivas, de igual montante, com início no mês da entrada em vigor desta portaria.

Ministérios da Saúde e do Emprego e da Segurança Social, 12 de Novembro de 1990. — O Ministro da Saúde, *Arlindo Gomes de Carvalho*. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social, *Jorge Hernâni de Almeida Seabra*.

Aviso para PE das alterações aos CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e Seus Sucedâneos e a Feder. dos Sind. dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e outros, entre a mesma associação patronal e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros e entre a mesma associação patronal e a FEPCES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços.

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão, ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma legal, de uma PE dos CCT mencionados em epígrafe, nos termos seguintes:

1 — CCT entre a Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Artigos de Pele e Seus Sucedâneos e a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 41, de 8 de Novembro de 1990:

a) Na área da convenção, no território do continente, a todas as entidades patronais que, não

estando inscritas na associação patronal outorgante, exerçam a actividade económica regulada pela convenção e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas, bem como aos trabalhadores não representados pelas associações sindicais outorgantes das mesmas profissões e categorias profissionais ao serviço das entidades patronais inscritas na associação patronal outorgante;

b) O disposto no número anterior não será aplicável aos trabalhadores do comércio e de portaria, vigilância e limpeza sem filiação sindical ou representados por associações sindicais não outorgantes do CCT que na área referida na alínea anterior se encontrem ao serviço das entidades patronais inscritas na associação patronal outorgante.

2 — CCT entre a mesma associação patronal e a FE-TESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros e CCT entre a mesma associação patronal e a FEPACES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, publicados, respectivamente, no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.ºs 34, de 15 de Setembro de 1990, e 35, de 22 de Setembro de 1990:

- a) Na área das convenções, no território do continente, a todas as entidades patronais que, não estando inscritas na associação patronal outorgante, exerçam a actividade económica regulada pelas convenções e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas, bem como aos trabalhadores não

representados pelas associações sindicais outorgantes das mesmas profissões e categorias profissionais ao serviço das entidades patronais inscritas na associação patronal outorgante;

- b) De acordo com o referido n.º 1, o disposto na alínea anterior não será aplicável aos trabalhadores do comércio e de portaria, vigilância e limpeza que na área mencionada na alínea anterior se encontrem ao serviço das entidades patronais não inscritas na associação patronal outorgante.

3 — Nos termos do n.º 6 do citado artigo 29.º, podem os interessados no presente processo de extensão deduzir oposição fundamentada nos 15 dias seguintes ao da publicação do aviso.

Aviso para PE das alterações ao CCT entre a AEEP — Assoc. de Representantes de Estabelecimentos do Ensino Particular e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro.

Nos termos do n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma PE das alterações ao CCT celebrado entre a AEEP — Associação de Representantes de Estabelecimentos do Ensino Particular e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 43, de 22 de Novembro de 1990.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma, tornará as disposições constantes da referida convenção colectiva de trabalho aplicáveis às relações de trabalho estabelecidas entre todas as en-

tidades patronais não inscritas na associação patronal outorgante que na área do continente exerçam a sua actividade em estabelecimentos de ensino particular e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais ali previstas e às relações de trabalho tituladas por trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais não filiados nos sindicatos signatários e por entidades patronais inscritas na associação outorgante que na área do continente exerçam a actividade abrangida pela citada convenção colectiva de trabalho.

Nos termos do n.º 6 do artigo 29.º do supracitado diploma legal, podem os interessados no processo de extensão deduzir oposição fundamentada nos 15 dias seguintes ao da publicação deste aviso.

CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

CCT entre a ANCIPA — Assoc. Nacional dos Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares (divisão de confeitaria/Delegação Regional Autónoma do Norte) e o SITESC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio (dist. de Aveiro, Bragança, Porto, Vila Real e Viseu) — Alteração salarial e outras.

Cláusula prévia

Os CCT celebrados entre a ANCIPA e o SITESC, através da FESINTES ou autonomamente, publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.ºs 1/82, 6/83, 8/84, 19/85 e 23/87 (distritos de Bragança, Vila Real e Viseu), 15/76, 37/80, 45/81, 1/82, 2/83, 4/84, 19/85 e 23/87 (distritos do Porto e Aveiro) e 42/88 (para o conjunto dos distritos) são revistos como segue:

Cláusula 1.^a

Área e âmbito

O presente CCT obriga, por um lado, as empresas representadas pela ANCIPA — Associação Nacional dos Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares — Delegação Regional Autónoma do Norte (divisão de confeitaria), nos distritos do Porto, Aveiro, Bragança, Vila Real e Viseu, e, por outro, os trabalhadores ao seu serviço representados pelo SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio.

Cláusula 2.^a

Vigência

1 — O presente CCT entra em vigor e poderá ser denunciado e revisto anualmente, nos termos legais.

Cláusula 3.^a

Subsídio de refeição

1 — Por cada dia de trabalho os trabalhadores abrangidos pelo presente CCT têm direito a subsídio de refeição.

2 — O montante diário mínimo a atribuir é o seguinte:

- Entre 1 de Julho de 1989 e 30 de Junho de 1990 — 200\$;
- Entre 1 de Julho de 1990 e 30 de Junho de 1991 — 230\$.

Cláusula 4.^a

Abono para falhas

1 — Os trabalhadores classificados nas categorias de tesoureiro, caixa e cobrador têm direito a abono mensal para falhas.

2 — O montante mínimo a atribuir é o seguinte:

- Entre 1 de Julho de 1989 e 30 de Junho de 1990 — 2000\$;

b) Entre 1 de Julho de 1990 e 30 de Junho de 1991 — 2300\$.

Tabelas de remunerações mínimas mensais

Nível	Categorias profissionais	Tabela I	Tabela II
		De 1 de Julho de 1989 a 30 de Junho de 1990	De 1 de Julho de 1990 a 30 de Junho de 1991
I	Chefe de escritório	65 700\$00	74 600\$00
	Director de serviços		
	Chefe de centro (recolha e processamento de dados)		
	Chefe de serviços		
II	Analista de sistemas	61 200\$00	69 500\$00
	Chefe de departamento		
	Chefe de divisão		
	Tesoureiro		
	Inspector administrativo		
	Chefe de contabilidade		
	Contabilista		
III	Técnico de contas	57 800\$00	65 600\$00
	Chefe de secção		
	Guarda-livros		
	Programador de computador		
IV	Correspondente (em línguas estrangeiras)	54 500\$00	61 900\$00
	Programador (de máquinas mecanográficas ou perinformáticas)		
	Secretária de direcção		
	Escriturário especializado		
	Fogoeiro-encarregado		
V	Caixa	50 600\$00	57 500\$00
	Controlador de aplicação		
	Primeiro-escriturário		
	Esteno-dactilógrafo (em língua estrangeira)		
	Ajudante de guarda-livros		
	Operador de computador		
	Fogoeiro de 1. ^a		
	Operador mecanográfico		
	Operador de máquinas de contabilidade de 1. ^a		
VI	Perfurador-verificador de 1. ^a	47 700\$00	54 200\$00
	Segundo-escriturário		
	Cobrador de 1. ^a		
	Esteno-dactilógrafo (em língua portuguesa)		
	Fogoeiro de 2. ^a		
	Telefonista de 1. ^a		
	Operador de máquinas de contabilidade		
	Perfurador-verificador de 2. ^a		

Nível	Categorias profissionais	Tabela I De 1 de Julho de 1989 a 30 de Junho de 1990	Tabela II De 1 de Julho de 1990 a 30 de Junho de 1991
VII	Terceiro-escriturário..... Cobrador de 2. ^a Telefonista de 2. ^a Contínuo (maior de 21 anos)	45 000\$00	51 100\$00
VIII	Fogueiro de 3. ^a Estagiário (escriturário)..... Operador mecanográfico..... Operador de máquinas de con- tabilidade..... Perfurador-verificador..... Dactilógrafo..... Porteiro..... Guarda.....	41 000\$00	46 600\$00
IX	Chegador.....	38 200\$00	43 400\$00
X	Contínuo (menos de 21 anos) Servente de limpeza.....	32 600\$00	37 000\$00
XI	Paquete (17 anos).....	26 300\$00	29 900\$00

Nível	Categorias profissionais	Tabela I De 1 de Julho de 1989 a 30 de Junho de 1990	Tabela II De 1 de Julho de 1990 a 30 de Junho de 1991
XII	Paquete (16 anos).....	23 800\$00	27 000\$00
XIII	Paquete (15 anos).....	21 600\$00	24 600\$00

Nota. — As matérias não contempladas na presente revisão mantêm-se em vigor, conforme o disposto no *Boletim do Trabalho e Emprego* referidos na cláusula prévia constante deste CCT.

Porto, 16 de Outubro de 1990.

Pela ANCIPA — Associação Nacional de Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares — Delegação Regional Autónoma do Norte (divisão de confeitaria):

(Assinatura ilegível.)

Pelo SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 8 de Novembro de 1990.

Depositado em 14 de Novembro de 1990, a fl. 26 do livro n.º 6, com o n.º 484/90, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e Seus Sucedâneos e o SINDETEX — Sind. Democrático dos Têxteis — Alteração salarial e outra

Cláusula 39.^a-A

Subsídio de alimentação

O valor diário fixado no n.º 1 desta cláusula é actualizado da seguinte forma:

- De 1 de Julho a 30 de Setembro de 1990, 80\$ por cada dia de trabalho prestado;
- A partir de 1 de Outubro de 1990, 100\$ por cada dia de trabalho prestado.

Tabela salarial A

(De 1 de Julho a 30 de Setembro de 1990)

I.....	95 500\$00
II.....	82 800\$00
III.....	73 200\$00
IV.....	68 400\$00
V.....	66 500\$00
VI.....	63 600\$00

VII.....	58 800\$00
VIII.....	57 500\$00
IX.....	54 000\$00
X.....	53 500\$00
XI.....	52 800\$00
XII.....	51 300\$00
XIII.....	47 000\$00
XIV.....	45 300\$00
XV.....	41 800\$00
XVI.....	36 500\$00
XVII.....	34 200\$00
XVIII.....	30 700\$00
XIX.....	30 200\$00
XX.....	27 000\$00
XXI.....	26 500\$00

Tabela salarial B

(A partir de 1 de Outubro de 1990)

I.....	95 700\$00
II.....	83 000\$00

III	73 400\$00
IV	68 600\$00
V	66 700\$00
VI	63 800\$00
VII	59 000\$00
VIII	57 700\$00
IX	54 200\$00
X	53 700\$00
XI	53 000\$00
XII	51 500\$00
XIII	47 200\$00
XIV	45 500\$00
XV	42 000\$00
XVI	36 700\$00
XVII	34 400\$00
XVIII	32 500\$00
XIX	32 000\$00
XX	31 000\$00
XXI	30 000\$00

Categorias profissionais

O fiel de armazém é integrado no grupo VIII.
O serralheiro mecânico de 3.^a é integrado no grupo XI.

Porto, 25 de Outubro de 1990.

Pela Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e Seus Sucedâneos:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SINDETEX — Sindicato Democrático dos Têxteis:

Albino Lopes Teixeira.

Entrado em 8 de Novembro de 1990.

Depositado em 9 de Novembro de 1990, a fl. 26 do livro n.º 6, com o n.º 481/90, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a Assoc. Comercial do Dist. de Beja e o CES/SUL — Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul e outro — Alteração salarial e outras

Cláusula 2.^a

Vigência e denúncia

- 1 —
- 2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1, a tabela salarial produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 1990.
- 3 —
- 4 —

Cláusula 12.^a

Condições de admissão e acesso

VII — Operadores de supermercado

1 — Operador-ajudante — o trabalhador admitido na profissão com mais de 18 anos e menos de 20 e com, pelo menos, a escolaridade obrigatória.

2 — Operador de 2.^a — o trabalhador que complete dois anos de permanência na categoria de operador-ajudante. Se o trabalhador tiver mais de 20 anos na altura em que pela primeira vez ingresse na profissão, o tempo de permanência na categoria de operador-ajudante é reduzido para um ano.

3 — Operador de 1.^a — o trabalhador que complete três anos de permanência na categoria de operador de 2.^a

4 — Para os efeitos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3, conta-se todo o tempo de serviço prestado pelos profissionais a outras entidades patronais, devendo o trabalhador fazer prova suficiente, designadamente por declaração do sindicato ou da entidade patronal anterior.

Cláusula 32.^a

Diuturnidades

1 — Aos trabalhadores de categoria sem promoção automática será atribuída uma diuturnidade de 1330\$ por cada três anos de antiguidade na categoria, até ao limite de cinco diuturnidades.

Cláusula 32.^a-A

Subsídio de almoço

1 — Todos os trabalhadores abrangidos por este CCTV têm direito a subsídio de almoço no valor de 150\$ por cada dia de trabalho prestado.

Cláusula 33.^a

Ajudas de custo

1 — Os trabalhadores que se desloquem em serviço terão direito às seguintes ajudas de custo:

- a) Almoço ou jantar — 810\$;
 b) Pequeno-almoço — 210\$;
 c) Dormida — 1890\$;
 d) Diária completa — 2800\$.

Cláusula 35.^a

Subsídio de caixa

1 — Os caixas e cobradores terão direito a um subsídio mensal de quebras de 1200\$.

- 2 —
 3 —
 4 —

ANEXO I

Profissões e categorias profissionais

Profissão	Definição	Carreiras profissionais/escalões
Operador-encarregado	O trabalhador que no supermercado dirige o serviço e o pessoal, coordena, dirige e controla o trabalho e as vendas de uma secção.
Operador	O trabalhador que no supermercado desempenha as tarefas inerentes à recepção e conferência de mercadorias, sua marcação, transporte para os locais de exposição e manutenção em boas condições de limpeza e apresentação; controla a saída da mercadoria vendida e o recebimento do respectivo valor, colabora nos inventários periódicos; pode exercer funções inerentes às tarefas descritas em regime de adstrição ou em regime de rotação por todas elas. Pode também proceder à exposição dos produtos nas prateleiras ou locais de venda.	Operador especializado, operador de 1. ^a e operador de 2. ^a
Operador-ajudante	O trabalhador que, terminado o período de aprendizagem, estagia para as funções de operador.

ANEXO I-A

Quadro base para a classificação de operadores de supermercado

	Número de operadores							
	3	4	5	6	7	8	9	10
Encarregado	—	—	—	1	1	1	1	1
Especializado	—	—	1	1	1	1	1	2
1. ^a	1	1	1	1	1	1	2	2
2. ^a	2	3	3	3	4	5	5	5

Nota. — Quando o número de profissionais for superior a 10, manter-se-ão as proporções estabelecidas neste quadro base.

ANEXO III

Níveis salariais e remunerações certas mínimas

Nível	Categoria profissional	Vencimento
I	Chefe de escritório	53 250\$00
	Gerente comercial	
II	Chefe de serviços (escritório)	50 550\$00
	Encarregado geral	

Nível	Categoria profissional	Vencimento
III	Caixeiro-encarregado	47 250\$00
	Chefe de secção (comércio e escritório)	
	Chefe de vendas	
	Correspondente em línguas estrangeiras	
	Encarregado electricista	
	Guarda-livros	
	Inspector de vendas	
	Operador-encarregado (supermercado)	
IV	Caixa (escritório)	45 000\$00
	Caixeiro-viajante	
	Carpinteiro de limpos de 1. ^a	
	Encarregado de armazém	
	Esteno-dactilógrafo em línguas estrangeiras	
	Estofador de 1. ^a	
	Polidor de 1. ^a	
	Estucador de 1. ^a	
	Marceneiro de 1. ^a	
	Motorista de pesados	
	Oficial electricista de 1. ^a	
	Operador especializado (supermercado)	
	Pedreiro de 1. ^a	
	Pintor de 1. ^a	
	Pintor-decorador de 1. ^a	
	Pintor de móveis de 1. ^a	
	Primeiro-caixeiro	
	Primeiro-escriturário	

Nível	Categoria profissional	Vencimento
V	Caixeiro de praça Conferente (armazém) Demonstrador (comércio) Esteno-dacilógrafo em Língua Portuguesa Estofador de 2. ^a Estucador de 2. ^a Fiel de armazém Marceneiro de 2. ^a Motorista de ligeiros Operador de 1. ^a (supermercado) Oficial electricista de 2. ^a Operador de máquinas de contabilidade Pedreiro de 2. ^a Pintor de 2. ^a Pintor-decorador de 2. ^a Pintor de móveis de 2. ^a Polidor de 2. ^a Promotor de vendas Segundo-caixeiro Segundo-escriturário	41 350\$00
VI	Assentador de revestimentos Caixa de balcão Cobrador Distribuidor (comércio) Embalador (comércio) Operador de 2. ^a Operador de máquinas de embalar Pré-oficial electricista Servente (armazém ou comércio) Servente de pedreiro Terceiro-caixeiro Terceiro-escriturário	39 400\$00
VII	Ajudante de assentador de revestimentos do 3. ^o ano Contínuo Costureira Estagiário de escritório do 2. ^o ano Guarda Operador-ajudante (supermercado) Porteiro Praticante do 2. ^o ano (construção civil e correlativo) Servente de limpeza Telefonista Vigilante	35 800\$00

Nível	Categoria profissional	Vencimento
VIII	Ajudante de assentador de revestimentos do 2. ^o ano Ajudante de electricista do 2. ^o ano Estagiária de costureira do 2. ^o ano Caixeiro-ajudante do 2. ^o ano Estagiário de escriturário do 1. ^o ano Praticante do 1. ^o ano (construção civil e correlativos)	35 000\$00
IX	Ajudante de assentador de revestimentos do 1. ^o ano Ajudante de electricista do 1. ^o ano Aprendiz do 2. ^o ano (construção civil e correlativos) Caixeiro-ajudante do 1. ^o ano Estagiária de costureira do 1. ^o ano	34 800\$00
X	Aprendiz do 1. ^o ano (construção civil e correlativos) Aprendiz de electricista do 4. ^o , 3. ^o , 2. ^o e 1. ^o anos Paquete do 4. ^o , 3. ^o , 2. ^o e 1. ^o anos Praticante do 4. ^o , 3. ^o , 2. ^o e 1. ^o anos (comércio)	26 750\$00

Beja, 27 de Setembro de 1990.

Pela Associação Comercial do Distrito de Beja:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo CES/SUL — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul:

(Assinaturas ilegíveis.)

Entrado em 26 de Outubro de 1990.

Depositado em 12 de Novembro de 1990, a fl. 26, do livro n.º 6, com o n.º 482/90, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a AEEP — Assoc. de Representantes de Estabelecimentos do Ensino Particular e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro — Alteração salarial e outras.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito

1 — O presente CCT é aplicável, em todo o território nacional, aos contratos de trabalho celebrados entre os estabelecimentos de ensino particular representados

pela Associação de Representantes de Estabelecimentos do Ensino Particular (AEEP) e os trabalhadores ao seu serviço representados pelas associações sindicais outorgantes.

2 — Entende-se por estabelecimentos de ensino particular as instituições criadas por pessoas singulares ou colectivas privadas em que se ministre ensino colectivo a mais de cinco alunos ou que se desenvolvam actividades regulares de carácter educativo.

Artigo 2.º

Vigência, denúncia e revisão

1 — O presente CCT no que diz respeito às cláusulas de natureza pecuniária terá o seu início de vigência em 1 de Outubro de 1990 e vigorará até 30 de Setembro de 1991.

2 — As negociações entre a AEEP e os sindicatos para revisão das cláusulas sem expressão pecuniária iniciar-se-ão durante o primeiro período do ano lectivo de 1990-1991.

3 a 7 —

Artigo 26.º

1 —

- a)
- b)
- c)
- d)
- e) Psicólogos — 35 horas, sendo 23 de atendimento directo.

.....
As restantes 12 horas destinam-se [...]

- f) Fisioterapeuta, terapeuta da fala e terapeuta ocupacional — no ensino normal 25 horas de atendimento directo e 5 horas destinadas a reuniões e coordenação do trabalho. Na educação e ensino especial 22 horas de atendimento directo e 3 horas destinadas a reuniões e programação do trabalho;
- g) Técnico de serviço social — 35 horas, sendo 30 de intervenção social directa. Entende-se por intervenção social directa todas as actividades dirigidas aos utentes, familiares e comunidade, que envolvam acolhimento, encaminhamento e respectivo acompanhamento numa perspectiva globalizante e articulada. As restantes 5 horas destinam-se à preparação de actividades, bem como à formação contínua e à actualização científica;
- h) Auxiliar pedagógico do ensino especial — 35 horas, sendo 25 de trabalho directo com crianças, mais 10 horas de preparação de actividades, reuniões e contacto com os encarregados de educação.

2 — Sem prejuízo de horários mais favoráveis, as horas constantes no número anterior serão distribuídas por cinco dias.

3 —

4 —

CAPÍTULO VII

Deslocações

Artigo 45.º

Trabalhadores em regime de deslocação

1 —

- a)
- b)
- c)

2 —

3 —

- a)
- b) Pagará o subsídio de refeição no montante de 1200\$, desde que o trabalho efectuado no local para onde o trabalhador foi deslocado não permita o seu regresso dentro do primeiro período de trabalho diário;
- c)

4 —

- a)
- b)

Pequeno-almoço — 330\$;
Almoço ou jantar — 1250\$;
Dormida com pequeno-almoço — 3280\$;
Diária completa — 5250\$;
Ceia — 660\$.

5 a 11 —

CAPÍTULO VIII

Artigo 53.º

Regime de pensionato

1 —

- a) 15 300\$ para os trabalhadores docentes dos níveis 0-14;
- b) 13 900\$ para os trabalhadores não docentes dos níveis 1-10;
- c) 9000\$ para os trabalhadores docentes dos níveis 15-21;
- d) 8600\$ para os trabalhadores não docentes dos níveis 11-16;
- e) 4900\$ para os trabalhadores não docentes dos níveis 12-24.

2 a 5 —

Artigo 54.º

1 — Às remunerações mínimas estabelecidas pela presente convenção será acrescida uma diuturnidade até ao máximo de cinco, por cada cinco anos de permanência em categoria profissional de acesso não obrigatório e automático ao serviço da mesma entidade patronal, dos seguintes valores.

2 — Trabalhadores não docentes:

Níveis 1, 2 e 3 — 3200\$;
Níveis 4 a 9 — 3000\$;
Níveis 10 a 24 — 2900\$.

2 —

3 —

Artigo 54.º-A

Subsídio de alimentação

1 — Os trabalhadores com horário completo abrangidos por este contrato têm direito a uma refeição por cada dia de trabalho.

2 — A refeição poderá ser substituída pela atribuição de um subsídio no valor de 350\$ por dia.

3 — Aos trabalhadores com horário incompleto será devida a refeição ou subsídio quando o horário se distribuir por dois períodos do dia ou tenha num só período quatro ou mais horas de trabalho.

4 — Os trabalhadores que completem horário em mais de um estabelecimento de ensino terão o subsídio satisfeito nos termos deste artigo de forma proporcional ao horário distribuído em cada um dos estabelecimentos de ensino.

Tabela de vencimentos dos trabalhadores não docentes do ensino particular e cooperativo a vigorar entre 1 de Outubro de 1990 e 30 de Setembro de 1991.

Níveis	Categoria	Vencimento base
1	Psicólogo com 25 ou mais anos de bom e efectivo serviço Técnico de serviço social com 25 ou mais anos de bom e efectivo serviço	127 500\$00
2	Psicólogo com 20 anos de bom e efectivo serviço Técnico de serviço social com 20 anos de bom e efectivo serviço	120 000\$00
3	Psicólogo com 15 anos de bom e efectivo serviço Fisioterapeuta, terapeuta da fala e terapeuta ocupacional com 25 ou mais anos de bom e efectivo serviço ... Técnico de serviço social com 15 anos de bom e efectivo serviço	112 500\$00
4	Psicólogo com 10 anos de bom e efectivo serviço Fisioterapeuta, terapeuta da fala e terapeuta ocupacional com 20 anos de bom e efectivo serviço Técnico de serviço social com 10 anos de bom e efectivo serviço	105 000\$00
5	Psicólogo com 5 anos de bom e efectivo serviço Fisioterapeuta, terapeuta da fala e terapeuta ocupacional com 15 anos de bom e efectivo serviço Técnico de serviço social com 5 anos de bom e efectivo serviço	98 000\$00
6	Psicólogo Fisioterapeuta, terapeuta da fala e terapeuta ocupacional com 10 anos de bom e efectivo serviço Técnico de serviço social	93 500\$00
7	Chefe de escritório, de divisão e de serviço	86 600\$00
8	Fisioterapeuta, terapeuta da fala e terapeuta ocupacional com 5 anos de bom e efectivo serviço	87 500\$00
9	Tesoureiro Contabilista	83 900\$00
10	Fisioterapeuta, terapeuta da fala e terapeuta ocupacional	82 500\$00

Níveis	Categoria	Vencimento base
11	Chefe de secção Guarda-livros Documentalista	74 600\$00
12	Secretário de direcção Correspondente em línguas estrangeiras Enfermeiro	67 600\$00
13	Escrutário principal Subchefe de secção	64 000\$00
14	Primeiro-escriturário Caixa Operador de computador Operador de máquinas de contabilidade Operador mecanográfico Encarregado de refeitório Cozinheiro-chefe Oficial electricista	61 000\$00
15	Auxiliar pedagógico do ensino especial com 10 ou mais anos de bom e efectivo serviço Motorista de pesados e ligeiros Carpinteiro Pedreiro Pintor	58 400\$00
16	Segundo-escriturário	56 800\$00
17	Auxiliar pedagógico do ensino especial com 5 ou mais anos de bom e efectivo serviço Esteno-dactilógrafo Perfurador-verificador de 1. ^a Operador mecanográfico estagiário ...	55 700\$00
18	Auxiliar de educação Prefeito Terceiro-escriturário Perfurador-verificador de 2. ^a	53 300\$00
19	Auxiliar pedagógico do ensino especial Vigilante com 10 ou mais anos de bom e efectivo serviço Cozinheiro Despenseiro Empregado de mesa Encarregado de camarata Encarregado de roupa Telefonista	52 900\$00
20	Vigilantes com 5 anos de bom e efectivo serviço	49 600\$00
21	Estagiário de 2.º ano Dactilógrafo do 2.º ano Recepcionista Vigilante Porteiro Guarda Jardineiro Engomadeira Lavadeira Costureira Empregado de balcão Empregado de refeitório Contínuo	48 000\$00
22	Estagiário do 1.º ano Dactilógrafo do 1.º ano Contínuo menor de 21 anos Empregado de camarata Empregado de limpeza	43 300\$00

Níveis	Categoria	Vencimento base
23	Paquete de 16/17 anos	30 200\$00
24	Paquete de 14/15 anos	27 000\$00

SITAM — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
 STECA — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
 Sindicato dos Profissionais de Escritório e Vendas das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;
 Sindicato Democrático do Comércio, Escritório e Serviços/Centro-Norte;
 Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio de Braga;

(Assinatura ilegível.)

Lisboa, 25 de Setembro de 1990.

Pela Associação de Representantes de Estabelecimentos do Ensino Particular (AEEP):

(Assinatura ilegível.)

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços em representação dos seguintes sindicatos federados:

SITESE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias;
 STEIS — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Informática e Serviços da Região Sul;

Pelo Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 13 de Novembro de 1990.

Depositado em 14 de Novembro de 1990, a fl. 26 do livro n.º 6, com o n.º 485/90, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

AE entre a Sociedade Nacional de Fósforos, S. A., e o Sind. da Ind. de Fósforos de Portugal e outro — Alteração salarial e outras

Os outorgantes, livremente e de boa-fé, acordam na revisão do AE, cuja última revisão foi publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 36, de 29 de Setembro de 1989, nos termos seguintes:

I

As cláusulas 18.ª, n.º 2, 19.ª, n.º 1, alínea b), 21.ª, n.º 1, 30.ª, n.º 3, 38.ª, alínea h), e 45.ª, n.º 2, passam a ter a redacção seguinte:

Cláusula 18.ª

1 —

2 — Sempre que, por motivo justificado, o trabalho extraordinário exceda duas horas no segundo período de trabalho será abonada uma refeição composta, pelo menos, por sopa, um prato de carne ou peixe, pão, vinho, fruta ou doce. Em vez da refeição enunciada, poderá o trabalhador optar pelo recebimento de um subsídio de 680\$.

Cláusula 19.ª

Ajudas de custo

1 —

a).....
 Ajudas de custo, para alimentação e alojamento, de 5600\$ por dia completo, a começar de manhã, isto é, incluindo, por ordem, pequeno-almoço, almoço, jantar e dormida.

As fracções de dia serão pagas pelo seu valor real contra a apresentação dos respectivos documentos, exceptuando-se, no entanto, o primeiro dia de viagem, que será sempre pago pelas ajudas de custo acima referidas.

Quando por razões justificadas o quantitativo da ajuda de custo for inferior à despesa efectivamente feita, a entidade patronal suportará a respectiva diferença contra a apresentação de documentos;

c).....

Cláusula 21.ª

Abono para falhas

1 — Os trabalhadores que exerçam, exclusiva ou com alguma regularidade, funções de caixa, cobrança, depósitos ou levantamentos bancários terão direito a um abono mensal para falhas no valor de 2000\$.

Cláusula 30.ª

Faltas justificadas

1 —

2 —

3 — Quando da aplicação da alínea c) será concedido um subsídio de 10 000\$, aos trabalhadores que na data de matrimónio tenham, pelo menos, seis meses de serviço.

4 —

Cláusula 38.^a

Direitos especiais da mulher trabalhadora

- a)
b) Às trabalhadoras parturientes será dada uma gratificação de 10 000\$.

Cláusula 45.^a

Prémio de reforma

1 —

2 — O prémio de reforma é de 16 000\$, por cada ano de antiguidade e será pago no mês em que o trabalhador complete a idade mínima de reforma e cesse a prestação de trabalho.

3 —

4 —

II

O anexo I passa a compreender as categorias seguintes:

Profissionais da indústria de fósforos

Subencarregado. — O trabalhador que coadjuva o encarregado e o substitui nas suas funções, podendo exercer também função de operador.

Profissionais gráficos

Chefe de equipa. — O trabalhador que, executando funções da sua profissão e na dependência do seu superior hierárquico, dirige e orienta um grupo de profissionais de actividades afins.

III

A tabela de retribuições mínimas mensais (anexo II) passa a ser a seguinte:

ANEXO II

Retribuições mínimas mensais

Profissionais da indústria de fósforos

Mestre geral ou encarregado geral	128 300\$00
Contramestre ou subencarregado geral ..	93 300\$00
Encarregado de fabrico	85 800\$00
Subencarregado	79 300\$00
Operador-chefe	76 500\$00
Operador de 1. ^a	71 800\$00
Operador de 2. ^a	65 600\$00
Verificador de qualidade	63 700\$00
Manipulador de 1. ^a	63 700\$00
Manipulador de 2. ^a	57 000\$00
Praticante de operador do 2. ^o ano	47 200\$00
Praticante de operador do 1. ^o ano	39 000\$00
Aprendiz de manipulador do 2. ^o ano ..	41 600\$00
Aprendiz de manipulador do 1. ^o ano ..	37 200\$00

Profissionais de armazém

Chefe geral de armazém	100 600\$00
Encarregado de armazém	85 800\$00
Fiel de armazém	76 500\$00

Profissionais de construção civil

Carpinteiro de moldes ou modelos	76 500\$00
Carpinteiro de 1. ^a	76 500\$00
Carpinteiro de 2. ^a	71 800\$00
Carpinteiro de 3. ^a	65 600\$00
Pedreiro ou trolha de 1. ^a	76 500\$00
Pedreiro ou trolha de 2. ^a	71 800\$00
Pedreiro ou trolha de 3. ^a	65 600\$00
Pintor de 1. ^a	76 500\$00
Pintor de 2. ^a	71 800\$00
Pintor de 3. ^a	65 600\$00
Praticante do 2. ^o biénio	47 100\$00
Praticante do 1. ^o biénio	39 000\$00

Profissionais electricistas

Encarregado	93 300\$00
Oficial electricista	76 500\$00
Pré-oficial do 2. ^o ano	65 600\$00
Pré-oficial do 1. ^o ano	50 200\$00

Fogoeiros

Fogoeiro	76 500\$00
Ajudante de fogoeiro	71 800\$00

Profissionais de escritório

Chefe de serviços	146 800\$00
Tesoureiro	126 900\$00
Chefe de secção	110 200\$00
Analista de programas	110 200\$00
Subchefe de secção ou escriturário principal	102 500\$00
Correspondente em línguas estrangeiras...	102 500\$00
Escriturário de 1. ^a	93 300\$00
Escriturário de 2. ^a	78 600\$00
Escriturário de 3. ^a	72 200\$00
Caixa	102 500\$00
Esteno-dactilógrafo em línguas estrangeiras	93 300\$00
Operador mecanográfico	93 300\$00
Esteno-dactilógrafo em língua portuguesa	78 600\$00
Estagiário	65 600\$00
Dactilógrafo	65 600\$00
Contínuo de 1. ^a	71 800\$00
Contínuo de 2. ^a	65 600\$00
Porteiro de 1. ^a	71 800\$00
Porteiro de 2. ^a	65 600\$00
Paquete	39 000\$00

Profissionais motoristas

Motorista (de ligeiros e pesados)	76 500\$00
Ajudante de motorista	71 800\$00

Profissionais metalúrgicos

Chefe de oficina de construção e reparação	103 800\$00
Encarregado ou subchefe de oficina de construção e reparação	93 300\$00
Chefe de equipa	79 300\$00
Serralheiro de 1. ^a	76 500\$00

Serralheiro de 2. ^a	71 800\$00
Serralheiro de 3. ^a	65 600\$00
Soldador de 1. ^a	76 500\$00
Soldador de 2. ^a	71 800\$00
Soldador de 3. ^a	65 600\$00
Torneiro mecânico de 1. ^a	76 500\$00
Torneiro mecânico de 2. ^a	71 800\$00
Torneiro mecânico de 3. ^a	65 600\$00
Fresador mecânico de 1. ^a	76 500\$00
Fresador mecânico de 2. ^a	71 800\$00
Fresador mecânico de 3. ^a	65 600\$00
Afinador de máquinas	76 500\$00
Ferramenteiro	76 500\$00
Canalizador-picheleiro	76 500\$00
Lubrificador	76 500\$00
Praticante do 4. ^o ano	45 400\$00
Praticante do 3. ^o ano	54 400\$00
Praticante do 2. ^o ano	39 000\$00
Praticante do 1. ^o ano	39 000\$00

Outros profissionais

Inspector de vendas	98 000\$00
Analista físico-químico	85 800\$00
Telefonista de 1. ^a	71 800\$00
Telefonista de 2. ^a	65 600\$00
Encarregado de serviços externos	78 200\$00
Enfermeiro	85 800\$00
Operador de empilhador	71 800\$00
Servente	45 100\$00

Profissionais gráficos

Chefe de litografia	100 600\$00
Encarregado ou chefe de litografia	93 300\$00
Chefe de equipa	79 300\$00
Impressor de litografia	76 500\$00
Cortador de guilhotina	76 500\$00
Auxiliar	43 900\$00
Aprendiz	41 900\$00

A presente revisão produz efeitos desde 1 de Abril de 1990.

Porto, 25 de Setembro de 1990.

Pelo Sindicato da Indústria de Fósforos de Portugal:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Fogueiros de Mar e Terra:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Sociedade Nacional de Fósforos, S. A.:

António Aguiar Branco.

Entrado em 7 de Novembro de 1990.

Depositado em 13 de Novembro de 1990, a fl. 26 do livro n.º 6, com o n.º 483/90, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a ANIF — Assoc. Nacional dos Industriais de Fotografia e a Feder. Portuguesa dos Sind. das Ind. de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa e outros (alteração salarial e outras) — Rectificação.

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 32, de 29 de Agosto de 1990, foi publicado o CCT em epígrafe.

Constatando-se que a publicação não foi feita de acordo com os trâmites legais necessários, a seguir se procede à necessária rectificação.

Assim, a seguir à declaração da Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos, deve ler-se o seguinte:

Entrado em 3 de Agosto de 1990.

Depositado em 14 de Agosto de 1990, a fl. 14 do livro n.º 6, com o n.º 353/90, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.